



DISPENSA ELETRÔNICA Nº DE001/2026PMCD
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2026

1. PREÂMBULO

1.1. Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CÍCERO DANTAS**, sediada na Praça Raymundo Borges de Santana, S/N – Centro, Cícero Dantas – Bahia, por meio do Departamento de Licitações e Contratos do Município, realizará **Dispensa de Licitação** na forma **Eletrônica**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL (POR LOTE)**, na hipótese do art. 75, II, nos termos da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, pelo Decreto Municipal Nº 993 de 22 de dezembro de 2023, que regulamenta a aplicação da Lei Federal Nº 14.133/21, aplicando-se subsidiariamente pela Lei Complementar Nº 123/2006 e suas alterações e demais legislação aplicável, e ainda, de acordo com as condições estabelecidas nesse Edital.

1.2. A dispensa será realizada pela Agente de Contratação Oficial a Sra. **Emilly Manoela Ribeiro Matos dos Santos**, matrícula Nº 10554118, designado pelo Decreto Municipal Nº 274, de 16 de abril de 2026 e Equipe de Apoio constituída pelos servidores **Jucineide Oliveira Cruz Santos**, matrícula Nº 1054 e Edmilson Santana Macedo, matrícula Nº 1062.

1.3. A sessão de dispensa será realizada conforme informações abaixo:

Data da sessão: 07 de maio de 2026
Horário de abertura da sessão: 08h00min (horário de Brasília)
Link: www.licitanet.com.br
Critério de Julgamento: Menor preço por lote
Regime de Execução: Empreitada por Preço Global

1.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

1.5. A sessão da dispensa será realizada no sítio eletrônico de compras da Prefeitura Municipal de Cícero Dantas – Bahia, através da plataforma eletrônica <https://licitanet.com.br/>.

1.6. O edital com os dados completos encontra-se disponível aos interessados no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br> e <https://transparencia.cicero-dantas.ba.gov.br/editais-licitacoes> e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) - <https://pncp.gov.br/app/editais>.

1.7. A comunicação com a licitante vencedora será realizada preferencialmente via e-mail oficial pmcdlicitacao@gmail.com, cadastrado no sistema licitatório, sendo considerado válido o envio para tal endereço, para fins de convocação para assinatura de ata ou contrato."

1.8. O percentual de desconto vencedor deve ser aplicado **linearmente sobre cada um dos preços unitários** dos serviços/produtos contidos na planilha orçamentária, não sendo admitida a aplicação de descontos diferenciados entre os itens, sob pena de desclassificação.



2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA:

2.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação para **Contratação de empresa para sondagem de solos, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Cícero Dantas - BA, conforme especificações e condições constantes do edital e do termo de referência.**

2.2. A licitação será dividida em grupos, formados **por lotes**, conforme planilhas constantes do Termo de Referência – Anexo II deste edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos e itens forem do seu interesse.

2.3. O critério de aceitabilidade de preços unitários máximos está indicado no Termo de Referência, Anexo II do Edital.

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA:

3.1. A participação ocorrerá exclusivamente por meio do **Sistema de Dispensa Eletrônica da LICITANET.**

3.2. O fornecedor é responsável por todas as transações realizadas em seu nome no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.3. Não poderão participar fornecedores que se enquadrem nas vedações do **art. 14 da Lei nº 14.133/2021**, inclusive aqueles sancionados ou com impedimentos de contratar com o Poder Público.

3.3.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de



trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.3.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3.3.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3.3.5. Sociedades cooperativas.

3.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4. INGRESSO NO SISTEMA E CADASTRO DA PROPOSTA INICIAL:

4.1. O fornecedor interessado deverá cadastrar sua **proposta inicial**, exclusivamente no sistema eletrônico, até o horário de abertura da sessão.

4.2. A proposta deverá conter:

4.2.1. Descrição clara do objeto ofertado;

4.2.2. Preço unitário;

4.2.3. Inclusão de todos os custos, tributos e encargos incidentes.

4.3. A apresentação da proposta implica plena aceitação das condições deste Edital.

4.4. Fica estabelecido prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, contados da publicação do aviso no diário oficial do município de Cícero Dantas no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br>, <https://transparencia.cicerodantas.ba.gov.br/editais-licitacoes> e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) <https://pncp.gov.br/app/editais>.

4.5. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca dos serviços, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

4.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

4.7.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções



coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.7.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.8. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.9. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

4.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Aviso de Contratação Direta, o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.11. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.11.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.11.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4.11.3. Que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.11.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata **o art. 93 da Lei nº 8.213/91**.

4.11.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do **artigo 7º, XXXIII, da Constituição**;

4.10. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no **artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021**.

4.12. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no **artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos **§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021**.

4.12.1. As microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente gozam de prioridade de contratação, nos termos do § 3º do art. 48 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, benefício que se estabelece em face



das peculiaridades locais e regionais, com vistas a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

4.12.1.1. Entende-se por empresas sediadas localmente aquelas que estejam localizadas em Cícero Dantas/BA, e empresas regionais aquelas situadas na microrregião do Semi Árido Nordeste.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

4.13.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

4.13.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

4.13.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assume valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

4.13.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

5. FASE DE LANCES ELETRÔNICOS (COM INTERVALO FIXO):

5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,01 (um centavo).

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

6.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

6.2. No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

6.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.

6.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.4. Os documentos de habilitação serão enviados posteriormente a fase de lances, por meio de sistema, estabelecendo-se, na sessão um prazo de envio de no mínimo **02 (duas) horas**, contados da convocação a ser exposta.

6.4.1. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários, no prazo de **2 (duas) horas**.

6.4.2. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.4.3. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora, se for o caso.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. Contiver vícios insanáveis;



6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.7.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.7.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. HABILITAÇÃO:

7.1. A documentação de habilitação será solicitada **após a fase de lances**, exclusivamente por meio do sistema.



7.2. Os documentos exigidos constam do **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**.

7.2.1. Para dar efetivo cumprimento as regras estabelecidas pelo Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, através da RESOLUÇÃO TCM/BA nº 1.383/2019 que alterou a Resolução nº 1060/2005, estabelecendo as normas para a apresentação da prestação de contas mensal e anual de Prefeituras e Mesas de Câmaras, passando a exigir no § 2º que **os documentos deverão ser apresentados em formato PDF pesquisável convertido a partir de seus arquivos originais** (Word, Excel, Libre Office, Open Office, etc.), **não podendo conter informações ilegíveis; baixa qualidade da resolução dos dados; listas e/ou falhas em seu conteúdo, capaz de impedir o devido encaminhamento e análise por parte do órgão de contas, fica ADVERTIDA que a empresa licitante que encaminhar documentos sem atender a essas exigências técnicas expressas no art. 9º, item 45, §2º da Resolução TCM nº 1060/2005 (alterada pela Resolução TCM/BA nº 1383/2009), será declarada inabilitada para continuar no processo licitatório, pois prejudicará a gestão municipal no atendimento das regras de envio da prestação de contas junto ao TCM/BA.**

7.2.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em **ORIGINAL** por **CÓPIA AUTENTICADA DIGITALMENTE**.

7.2.3. Todos os documentos assinados eletronicamente por certificados digitais passarão por uma verificação e a validação das assinaturas digitais a partir da cadeia de confiança da ICP-Brasil e do Validador de Documentos Digitais, pois um documento eletrônico com assinatura digital tem presunção de legalidade e garantias de autoria, integridade, autenticidade, qualificação, confidencialidade, temporalidade e não repúdio, de acordo com a regulamentação da ICP-Brasil e com as definições contidas na **Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de Setembro de 2001**, que instituiu a ICP-Brasil. Não sendo possível a sua verificação poderá ser a empresa desclassificada e penalizada por apresentar documentos sem legalidade e garantia de autoria, integridade, autenticidade, qualificação, confidencialidade e temporalidade.

7.2.4. Porém, se a autenticação foi feita por outro sistema, será necessário fazer o upload do arquivo que recebeu a assinatura, que deverá ser entregue em mídia na sessão para análise e devolvida. Logo, este método verifica qualquer assinatura digital que esteja de acordo com as normas da ICP-Brasil. Desta forma é possível, também, verificar um lote de assinaturas de uma vez e extrair um relatório, se desejar.

7.2.5. A verificação de uma assinatura digital é realizada por algum software capaz de realizar esta operação. Comumente, os softwares de assinatura digital já contemplam a funcionalidade de verificação de assinatura. A integridade é determinada pela comparação do resumo criptográfico (hash) do documento original com o resumo criptográfico cifrado pelo signatário. A obtenção do resumo criptográfico é possível através da decifragem da assinatura, utilizando a chave pública do certificado do assinante.

7.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à



existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>).

c) Relação de apenados TCM/BA, através do link (<https://www.tcm.ba.gov.br/portal-do-gestor/impedidos-de-contratar/>).

7.3.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.3.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no respectivo Relatório.

7.3.1.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.1.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

7.3.2. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do sistema eletrônico da realização do certame no site do www.licitanet.com.br, nos documentos por ele abrangidos.

7.4.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes no sistema da **LICITANET** para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.4.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.5. Os documentos de habilitação serão enviados posteriormente a fase de lances, por meio de sistema, estabelecendo-se, na sessão um prazo de envio de no mínimo **02 (duas) horas**, contados da convocação a ser exposta.

7.5.1. Enviar também a proposta final em arquivo editável (**necessariamente nas extensões DOC, DOCX, XLS OU XLSX**), sob pena de desclassificação.

7.5.2. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de **2 horas**, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).



7.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.8. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.9. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.10. O fornecedor provisoriamente vencedor em um lote, que estiver concorrendo em outro lote, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do lote em que venceu às do lote em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

7.10.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) lote (ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

7.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.12. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.12.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

7.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7.14. No caso de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, e nas contratações com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de serviços para pesquisa e desenvolvimento de que trata a alínea “c” do inciso IV do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, somente será exigida das pessoas jurídicas a comprovação da regularidade fiscal federal, social e trabalhista e, das pessoas físicas, a quitação com a Fazenda Federal. (art. 20 da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

8. DA CONEXÃO NO SISTEMA:

8.1. Os licitantes deverão permanecer conectados no sistema após a etapa de lances até o encerramento do certame para:



- a) Responder em campo próprio eventual negociação solicitada;
- b) Encaminhar a proposta readequada ao último lance ofertado;
- c) Encaminhar os documentos de habilitação no campo do sistema utilizado para julgamento das propostas;
- d) Responder ao chat sobre quaisquer outros questionamentos formulados;
- 8.1.1. A ausência de manifestação quanto a possibilidade de negociação poderá ser entendida como impossibilidade de redução dos valores.
- 8.1.2. A ausência de envio da proposta reajustada ao último lance ofertado incorrerá na desclassificação da proposta.
- 8.1.3. A ausência de envio de documentos de habilitação solicitados pelo Agente de Contratação incorrerá na inabilitação do licitante.

9. CONTRATAÇÃO:

- 9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 9.2. O adjudicatário terá o prazo de **03 (dias) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
 - 9.2.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 9.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
 - 9.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 9.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
 - 9.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 9.4. A vigência da presente contratação será de 12 (doze) meses, conforme o que preceitua o Art. 106 da lei 14.133/2021, considerada da data de assinatura do respectivo Contrato, e por se tratar de serviços de uso continuado o contrato poderá ser prorrogado de acordo com o Art. 107 da lei 14.133/2021.
- 9.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
 - 10.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - 10.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 10.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;



10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

10.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 13 de outubro de 2013.

10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) lote(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 9.1.1 a 9.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

10.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)



10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

10.10. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.11. As peculiaridades do caso concreto;

10.12. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.13. Os danos que dela provierem para o Contratante;

10.14. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 13 de outubro de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

10.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

10.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.



11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

11.1.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

11.1.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

11.1.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

11.1.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

11.2. As providências dos subitens 10.1.1 e 10.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

11.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

11.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

11.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

11.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

11.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.



11.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

11.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 11.13.1. ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar;
- 11.13.2. ANEXO II – Termo de Referência;
- 11.13.3. ANEXO III – Carta de Apresentação de Proposta;
- 11.13.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta Comercial de Preços;
- 11.13.5. ANEXO V – Modelo de Credencial;
- 11.13.6. ANEXO VI – Modelo de Declarações;
- 11.13.7. ANEXO VII – Minuta do Contrato;
- 11.18.8. ANEXO VIII – Ata de Registro de Preço;

Cícero Dantas/BA, em 30 de abril de 2026.

Vinicius José Araújo Borges de Souza
Prefeito

Paulo Fernando dos Santos
Matrícula nº 19013607
Decreto nº 0022, de 03/01/2025
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura - SEINFRA



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2026
DISPENSA ELETRÔNICO Nº DE001/2026PMCD
ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETIVO DO PRESENTE DOCUMENTO (Base legal: Art. 6º, XX e Art. 18 da Lei nº 14.133/2021):

Caracterizar, através do Estudo Técnico Preliminar (ETP), determinada necessidade, descrevendo as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

1- INFORMAÇÕES GERAIS/ IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO:

FUNDAMENTO LEGAL: O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21, DA LEGISLAÇÃO CORRELATA E DEMAIS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

DAMANDANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SONDAGEM DE SOLOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CÍCERO DANTAS – BA.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO: PEDRO MARTINS NOBRE CONSTÂNCIO - Engenheiro Civil - Crea-BA: 051778423-8.

2- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (Base legal: Art. 18, §1º, I, Lei 14.133/21):

A contratação tem por objeto a execução eventual de serviços de sondagem de solos, destinados a atender às necessidades técnicas da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Cícero Dantas-BA, sempre que tais serviços se tornarem necessários para subsidiar obras, intervenções, estudos preliminares ou projetos de engenharia conduzidos pela Administração Municipal.

As atividades desempenhadas pela Secretaria abrangem obras públicas de naturezas diversas, como edificações, pavimentações, implantação e recuperação de sistemas de drenagem, contenções, estabilização de taludes, fundações e demais intervenções urbanas e rurais. A demanda por sondagem, embora recorrente, não ocorre de forma contínua, pois depende da abertura de novas frentes de trabalho, aprovação de projetos, recebimento de recursos externos, identificações de patologias em estruturas existentes ou de determinações oriundas de fiscalizações e vistorias técnicas.

A obtenção de dados geotécnicos confiáveis é imprescindível para evitar riscos estruturais e garantir o desempenho adequado das obras. A ausência dessas informações pode resultar em recalques diferenciais, instabilidade de taludes, problemas de drenagem subterrânea, fissuras, patologias construtivas e até mesmo falhas graves que comprometam a segurança da população, além de gerar retrabalhos, paralisações e elevação de custos.

A sondagem de solos, etapa essencial da engenharia geotécnica, permite a definição correta de fundações, identificação de camadas geológicas, determinação da



capacidade de carga do terreno, análise do nível do lençol freático, detecção de anomalias do subsolo e avaliação do comportamento mecânico dos solos locais. Em um município com diferentes características geológicas, topográficas e histórico de intervenções heterogêneas, a execução destes serviços sob demanda torna-se fundamental.

A Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura desempenha funções contínuas de fiscalização, elaboração e acompanhamento de projetos e execução de obras em regiões com ampla variação de condições geotécnicas, incluindo áreas suscetíveis a erosão, aterros antigos, solos colapsíveis ou com baixa resistência. Por esse motivo, a sondagem deve estar disponível de forma imediata e flexível, possibilitando que a Administração acione os serviços somente quando necessário, sem caracterizar contratação contínua, mas sim eventual e vinculada à necessidade específica de cada obra.

A contratação por demanda eventual permite que o Município adote soluções técnicas adequadas, assegurando confiabilidade nas decisões administrativas, prevenindo riscos estruturais e garantindo melhor aplicação dos recursos públicos, próprios ou provenientes de convênios e instrumentos de repasse. Atende ainda ao princípio do planejamento previsto na Lei nº 14.133/2021, que exige a demonstração clara da necessidade e da motivação da contratação, bem como a adoção de soluções eficientes e alinhadas ao interesse público.

Diante desses elementos, evidencia-se que a contratação dos serviços de sondagem de solos, de maneira eventual e conforme as demandas surgirem, é essencial para apoiar a execução segura, econômica e tecnicamente fundamentada das obras municipais, reforçando a durabilidade das intervenções, a redução de riscos e o cumprimento das melhores práticas de engenharia e gestão pública.

3- REQUISITO DE EXECUÇÃO (Base legal: Art. 18, §1º, II, da Lei nº 14.133/21):

A execução dos serviços deverá atender integralmente às especificações deste Estudo Técnico Preliminar e do futuro Termo de Referência, observando rigorosamente as normas técnicas da ABNT, as diretrizes do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e demais regulamentações aplicáveis à atividade de sondagem de solos. Os serviços serão acionados somente quando necessários, mediante emissão de Ordem de Serviço, em consonância com a demanda eventual da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

A empresa contratada deverá ser especializada no ramo de geotecnia, possuir registro regular no CREA e emitir a correspondente Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) para cada serviço executado. Deverá ainda dispor de equipe técnica qualificada, composta por profissionais habilitados e com experiência comprovada em investigações geotécnicas, garantindo a confiabilidade dos dados obtidos em campo e a adequação dos métodos empregados.

Todos os serviços deverão ser executados conforme as normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente:

- NBR 6484 – Sondagem de simples reconhecimento com SPT;
- NBR 8036 – Programação de sondagens de simples reconhecimento;
- NBR 6502 – Rochas e solos – Terminologia;



- NBR 9603, NBR 7250, NBR 11819 e outras correlatas, quando pertinentes.

A metodologia mínima deverá contemplar:

- Execução de furos de sondagem à percussão (SPT);
- Coleta de amostras deformadas e, quando aplicável, indeformadas;
- Medição e registro do índice NSPT;
- Identificação e classificação tátil-visual dos materiais atravessados;
- Determinação e monitoramento do nível do lençol freático;
- Elaboração de perfis estratigráficos completos.

A definição da locação dos pontos de sondagem caberá à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, por meio do responsável técnico da Administração, considerando as características geotécnicas, as necessidades do projeto e as especificidades do local. Os serviços poderão abranger áreas urbanas e rurais do município, conforme a natureza de cada demanda.

A contratada será responsável por:

- Mobilização e desmobilização de equipamentos;
- Instalação e execução dos pontos;
- Manutenção da segurança da área de intervenção;
- Proteção de trabalhadores e terceiros;
- Preservação das vias públicas e áreas adjacentes;
- Adoção de medidas preventivas de controle ambiental.

Os relatórios técnicos deverão ser apresentados de forma clara, objetiva e completa, contendo:

- Descrição dos serviços executados;
- Perfis estratigráficos detalhados;
- Resultados dos ensaios spt;
- Níveis d'água detectados;
- Interpretação geotécnica preliminar;
- Recomendações técnicas aplicáveis às obras;
- ART correspondente assinada pelo responsável técnico.

Os documentos deverão ser entregues em formato físico e digital, dentro dos prazos estabelecidos em cada Ordem de Serviço, observando a complexidade do trabalho, a quantidade de furos e o volume de ensaios.

A execução será parcelada e sob demanda, conforme solicitado pela Secretaria. A contratada deverá iniciar os serviços no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis a contar da emissão da Ordem de Serviço, salvo justificativa técnica aceita pela Administração.

A contratada será integralmente responsável pela qualidade técnica, precisão dos dados, veracidade das informações e cumprimento das normas vigentes. Serviços executados de forma inadequada, com inconsistências ou em desacordo com as normas deverão ser refeitos sem ônus adicional para a Administração.

Deverão ser observadas ainda as normas de saúde e segurança do trabalho, uso de EPIs, sinalização da área e procedimentos que reduzam riscos operacionais. A empresa deverá garantir a correta gestão e disposição dos resíduos gerados, bem como



ações para minimizar impactos ambientais, prevenindo contaminação do solo e da água e assegurando a recomposição das áreas após a conclusão dos serviços.

Dessa forma, os requisitos de execução definidos asseguram que os serviços de sondagem de solos sejam realizados com rigor técnico, segurança, eficiência e responsabilidade ambiental, oferecendo suporte adequado para o planejamento e execução das obras públicas do Município de Cícero Dantas-BA, especialmente diante de demandas eventuais e variáveis ao longo da vigência contratual.

4- DAS ESPECIFICAÇÕES E LEVANTAMENTO QUANTITATIVO (Base legal: Art. 18, §1º, III, Lei nº 14.133/21):

As especificações constantes na tabela a seguir resultam do levantamento de necessidades potenciais informado pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, com base nas demandas geotécnicas que podem surgir ao longo da execução de obras e intervenções no município. Os quantitativos apresentados são estimativas técnicas, elaboradas a partir de parâmetros históricos, características das obras municipais e projeções de demanda, permitindo a adequada programação contratual para atendimento sob ordem de serviço, conforme a necessidade efetiva da Administração

A seguir, apresenta-se o levantamento detalhado dos itens demandados:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUANT
1	Mobilização de equipe de Sondagem SPT (Standard Penetration Test), contemplando o deslocamento de profissionais habilitados, equipamentos e insumos necessários até o local de investigação. Inclui transporte de perfuratriz adequada ao método, hastes, trado, amostradores padrão, tripé ou torre de sondagem, além de ferramentas auxiliares e dispositivos de medição.	vb	4
2	Realização de Sondagem SPT por metro linear , medida por metro linear perfurado, destinada à investigação das características geotécnicas do subsolo. O serviço compreende a perfuração do terreno com uso de trado ou circulação de água, avanço do furo, cravação do amostrador padrão e realização do ensaio de penetração conforme procedimento normativo, com registro do número de golpes (N-SPT) a cada metro.	m	94
3	Retirada de amostra amolgadas - sacos de 50 kg , a retirada de amostras amolgadas deverá ser realizada durante a execução das sondagens, conforme procedimentos estabelecidos pelas normas técnicas da ABNT, especialmente a NBR 6484. As amostras serão coletadas ao longo do perfil do solo, a cada metro perfurado ou sempre que houver mudança de camada, com o objetivo de permitir a identificação tátil-visual, classificação geotécnica e eventuais ensaios laboratoriais.	und	26
4	Mobilização para retirada de amostras amolgadas , mobilização de equipe técnica e logística para realização de coleta de amostras amolgadas de solo, contemplando o deslocamento de profissionais habilitados, equipamentos e insumos até o local de investigação. Inclui transporte de ferramentas manuais ou mecanizadas adequadas, recipientes para acondicionamento, etiquetas de identificação e materiais para preservação das amostras.	vb	4



5	Ensaio Laboratoriais (granulometria, Limites de Atterberg, compactação, CBR, umidade natural, densidade máxima, expansão), Os ensaios laboratoriais compreendem o conjunto de análises geotécnicas destinadas à caracterização física e mecânica do solo, com o objetivo de verificar sua aptidão para uso em obras de terraplenagem, pavimentação e fundações. A análise granulométrica determina a distribuição dos tamanhos das partículas, permitindo classificar o material. Os Limites de Atterberg avaliam o comportamento do solo fino em diferentes teores de umidade, indicando plasticidade e consistência. O ensaio de compactação define a umidade ótima e a densidade seca máxima, parâmetros essenciais para o adequado adensamento do solo em campo.	und	26
---	---	-----	----

5- LEVANTAMENTO DE MERCADO (Base legal: Art. 18, §1º, IV, Lei nº 14.133/21):

O levantamento de mercado teve por finalidade identificar os preços praticados, a disponibilidade de fornecedores e a estrutura competitiva regional para a execução de serviços de sondagem de solos e ensaios laboratoriais, necessários de forma eventual pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. Para garantir a confiabilidade dos valores estimados e o adequado planejamento da contratação, foram utilizadas exclusivamente bases formais e reconhecidas pela Administração Pública, abrangendo o SINAPI - competência 02/2026 para o estado da Bahia, o SBC (Sistema de Custos Referenciais de Obras), competência 03/2026 para a Bahia, além do SICRO3 (Sistema de Custos Rodoviários do DNIT), competência 10/2025, também para a Bahia, e o ORSE (Orçamento de Obras do Estado de Sergipe), competência 01/2026. Essas tabelas fornecem composições atualizadas para serviços de sondagem SPT, mobilização e desmobilização de equipamentos, coleta de amostras e ensaios laboratoriais de mecânica dos solos, permitindo a construção de uma referência sólida e compatível com a realidade regional.

Além das bases oficiais, foram analisadas contratações similares realizadas por municípios próximos, tais como Ribeira do Pombal, Heliópolis, Cipó, Nova Soure, Fátima e Paripiranga, todos municípios do mesmo estado. Foram consultados portais oficiais de licitações destes municípios, disponíveis em seus respectivos sites institucionais, os quais registram contratações de serviços de engenharia e estudos geotécnicos semelhantes ao objeto deste ETP. A pesquisa em diários oficiais e portais de compras públicas demonstrou que tais municípios têm adotado contratações por Dispensa de Licitação, geralmente na modalidade eletrônica, utilizando unidades de medida semelhantes às previstas neste estudo, como sondagem SPT por metro linear, mobilização de equipe e execução de ensaios laboratoriais. Observou-se convergência entre os valores praticados nessas contratações e aqueles constantes nas tabelas oficiais mencionadas, o que reforça a adequação dos parâmetros adotados para estimativa de custo.

Verificou-se que a adesão a atas de registro de preços de outros entes públicos não se apresenta como alternativa vantajosa, já que as características geotécnicas e os quantitativos estimados variam significativamente entre os municípios, prejudicando a padronização dos custos e podendo aumentar o preço final dos serviços em razão da logística. Também não foram identificados contratos vigentes no âmbito



municipal que permitam prorrogação ou ampliação para atender à presente necessidade.

Diante das informações apuradas, conclui-se que o mercado possui condições favoráveis para atendimento da demanda do Município de Cícero Dantas-BA, preços estáveis, parâmetros técnicos confiáveis e execução adequada às necessidades administrativas. A contratação por **Dispensa de Licitação**, em modalidade **eletrônica**, mostra-se tecnicamente segura e economicamente apropriada, assegurando competitividade, eficiência e aderência às normas aplicáveis, especialmente porque o objeto será acionado de forma eventual, conforme surgirem as necessidades da Secretaria de Obras e Infraestrutura.

6- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Base legal: Art. 18, §1º, V e Art. 23, Lei nº 14.133/21):

O valor da contratação fica definido em **R\$ 129.410,04 (cento e vinte e nove mil quatrocentos e dez reais e quatro centavos)**, como custo estimado para fins de planejamento, respeitando o limite vigente para dispensa de licitação previsto no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, atualizado pelo Decreto nº 12.807/2025.

A estimativa do valor da contratação decorre da elaboração da Planilha Orçamentária com base exclusiva em recursos próprios do Município, fundamentada nas referências oficiais de custos constantes na tabela SINAPI – competência 02/2026 – Bahia, conforme estabelece o artigo 3º do Decreto Federal nº 7.983, de 08 de abril de 2013, do qual em sua literalidade define: “Art. 3º O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.”

A planilha é fornecida através do sistema da Caixa Econômica Federal (CEF), cujos parâmetros técnicos são definidos mediante metodologia de engenharia aplicada e pesquisas sistemáticas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme determina o parágrafo único do artigo 3º do Decreto supracitado. Além do SINAPI, foram utilizadas como referências complementares as tabelas SBC – competência 03/2026 – Bahia, SICRO3 – competência 10/2025 – Bahia, e ORSE – competência 01/2026 – Sergipe, a fim de assegurar maior precisão às composições relacionadas aos serviços de sondagem de solos, mobilização de equipamentos e ensaios laboratoriais.

A presente estimativa foi elaborada em estrita observância ao disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, que determinam que a Administração deve utilizar bancos de preços públicos, sistemas referenciais de custos e contratações similares como métodos preferenciais para definição do valor estimado, garantindo aderência aos preços praticados no mercado e mitigando riscos de sobrepreço.

7- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Base legal: Art. 18, §1º, VI, Lei nº 14.133/21):

A execução dos serviços ocorrerá de FORMA PARCELADA E SOB DEMANDA, mediante emissão de Ordens de Serviço, conforme surjam necessidades técnicas



vinculadas aos projetos, obras e intervenções executadas pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. Esse modelo atende ao caráter eventual, porém recorrente, das sondagens de solos, permitindo que o Município disponha de suporte geotécnico imediato sempre que necessário, sem comprometer recursos ou gerar ociosidade contratual.

A empresa contratada deverá executar todos os serviços em conformidade com as normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente a NBR 6484, NBR 8036, NBR 6502 e demais correlatas, bem como atender às exigências do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e às obrigações legais aplicáveis. Cada intervenção deverá ser acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), garantindo rastreabilidade, responsabilidade profissional e segurança técnica dos resultados apresentados.

A solução adotada possibilita maior controle técnico e gerencial sobre as sondagens, assegurando padronização na execução, confiabilidade dos dados, atendimento rápido às frentes de obras e adequação às necessidades reais da Secretaria. Além disso, evita riscos de contratações inadequadas oriundas de adesões a atas de municípios com características geotécnicas, logísticas ou operacionais distintas, o que poderia resultar em custos mais elevados ou perda de eficiência. A contratação própria permite que o Município defina o escopo exato conforme seu contexto local, garantindo compatibilidade técnica e operacional.

O modelo proposto está em plena conformidade com os arts. 11, 18, 20 e 22 da Lei nº 14.133/2021, ao contemplar planejamento prévio, adequada motivação do objeto, definição clara da solução, alinhamento às necessidades administrativas e observância dos princípios da economicidade, eficiência, isonomia e transparência. Ademais, assegura suporte técnico essencial para garantir a qualidade, segurança e durabilidade das obras públicas municipais.

Dessa forma, a DISPENSA DE LICITAÇÃO na modalidade ELETRÔNICA, com julgamento pelo MENOR VALOR GLOBAL, apresenta-se como a solução mais eficiente, segura e adequada ao Município de Cícero Dantas-BA, permitindo que a Administração responda prontamente às demandas geotécnicas e assegure a execução responsável e tecnicamente fundamentada de suas obras e projetos de infraestrutura.

8- APLICAÇÃO DO PARCELAMENTO DO OBJETO (Base legal: Art. 18, §1º, VIII e Art. 40, V, “b”):

No presente caso, o parcelamento do objeto não se mostra tecnicamente adequado nem vantajoso para a Administração Pública. Os serviços de sondagem de solos possuem natureza técnica especializada e exigem padronização de métodos, equipamentos, equipe, calibração e registro dos resultados, conforme estabelecido pelas normas da ABNT, especialmente a NBR 6484, NBR 8036 e demais normas correlatas. A execução fragmentada por diferentes empresas comprometeria a uniformidade dos procedimentos de campo e laboratório, a rastreabilidade das amostras, a consistência dos dados obtidos e a interpretação geotécnica integrada, elementos essenciais para subsidiar com segurança os projetos e obras públicas do Município.



Além disso, a necessidade de emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e a responsabilidade sobre a coerência do conjunto dos resultados demonstram que o serviço deve ser tratado como tecnicamente indivisível, uma vez que a divisão entre vários prestadores geraria riscos elevados de incompatibilidade metodológica, divergência nas leituras do NSPT, variação de critérios de classificação de solos e inconsistências nos perfis estratigráficos, fatores que podem comprometer o dimensionamento de fundações e demais soluções de engenharia.

Do ponto de vista operacional, o parcelamento aumentaria custos com mobilizações repetidas, dificultaria o controle contratual, ampliaria o tempo de resposta e prejudicaria a agilidade necessária ao atendimento das demandas eventuais da Secretaria de Obras. De igual forma, não ampliaria a competitividade de forma útil, já que empresas especializadas normalmente atuam oferecendo o conjunto completo dos serviços de sondagem, incluindo coleta de amostras, ensaios e elaboração de relatórios.

Diante disso, e considerando o disposto no art. 40 da Lei nº 14.133/2021, que recomenda o parcelamento apenas quando técnica e economicamente vantajoso, sem impor sua aplicação quando a divisão compromete o resultado ou a eficiência da contratação, conclui-se que a execução integral dos serviços por uma única empresa é a solução mais segura, coerente e econômica. A adoção desse modelo assegura padronização técnica, confiabilidade dos dados, eficiência operacional e adequada interpretação dos resultados geotécnicos, essenciais para o planejamento e a execução das obras públicas do Município de Cícero Dantas-BA.

9- CONTRATAÇÕES CORRELATAS (Base legal: Art. 18, §1º, X, Lei nº 14.133/21):

Após análise das características do objeto e das necessidades da Secretaria demandante, verificou-se que não há obrigatoriedade de contratações correlatas ou interdependentes para a execução dos serviços de sondagem de solos e ensaios laboratoriais geotécnicos. O objeto possui natureza técnica específica e pode ser executado de forma autônoma, sendo suficiente, por si só, para subsidiar estudos, projetos e intervenções no âmbito das obras públicas municipais.

Os serviços compreendem atividades como mobilização de equipe de sondagem SPT, execução de sondagem por metro linear, coleta de amostras amolgadas, mobilização para transporte de amostras e realização de ensaios laboratoriais (granulometria, Limites de Atterberg, compactação, CBR, umidade natural, densidade máxima e expansão), não dependendo, necessariamente, de contratações adicionais para sua efetiva execução. Tais atividades são usualmente prestadas por empresas especializadas que possuem estrutura própria, equipamentos adequados, corpo técnico habilitado e responsabilidade técnica registrada junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).

Da mesma forma, constatou-se que não existem contratos vigentes no âmbito da Administração Municipal que possam ser utilizados como extensão operacional ou dependência direta do presente objeto. A contratação se apresenta como ação independente, voltada exclusivamente à investigação geotécnica necessária para embasar decisões técnicas da Secretaria de Obras e Infraestrutura.

Dessa forma, conclui-se que o objeto não requer contratações complementares obrigatórias, sendo a presente contratação plena, suficiente e



tecnicamente adequada, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e adequada identificação da necessidade, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

10- PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL – PCA (Base legal: Art. 18 e Art. 12, VII, Lei nº 14.133/21):

Registra-se que, até o presente momento, o Município de Cícero Dantas-BA ainda se encontra em processo de estruturação e implementação do Plano de Contratações Anual (PCA), instrumento de planejamento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, com o objetivo de consolidar, racionalizar e dar transparência às necessidades de aquisição de bens, serviços e obras ao longo de cada exercício.

A ausência de formalização do PCA decorre do processo de adaptação administrativa às novas exigências introduzidas pela Lei nº 14.133/2021, que estabeleceu novos mecanismos de planejamento das contratações públicas. Ressalta-se que muitos entes municipais ainda se encontram em fase de organização interna, capacitação de servidores e implementação das rotinas administrativas necessárias para a consolidação do referido instrumento de planejamento.

Embora o Município ainda não possua um Plano de Contratações Anual (PCA) plenamente consolidado e formalizado para este exercício, a contratação mostra-se plenamente justificada e alinhada ao planejamento institucional, uma vez que sua necessidade é devidamente caracterizada no presente Estudo Técnico Preliminar, acompanhada de motivação técnica, definição clara da solução, estimativa de custos e demonstração de compatibilidade orçamentária. A ausência de registro prévio do PCA não constitui impedimento, desde que a demanda seja essencial, adequadamente justificada e compatível com o orçamento vigente, conforme orientação dos arts. 11, 18 e 21 da Lei nº 14.133/2021.

Considerando que as atividades de sondagem são indispensáveis para subsidiar projetos de fundações, drenagem, pavimentação, estabilização de taludes e diversas obras de infraestrutura urbana e rural, sua contratação é compatível com o planejamento institucional da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e poderá ser incorporada regularmente às rotinas de planejamento anual à medida que o PCA municipal for estruturado.

Dessa forma, ainda que a demanda não tenha sido previamente registrada no PCA vigente por inexistência de instrumento formalizado, sua execução se compatibiliza integralmente com as diretrizes de gestão pública, com a programação orçamentária municipal e com o planejamento estratégico de melhoria da infraestrutura urbana e rural, podendo ser regularmente registrada nas rotinas de planejamento anual tão logo o PCA municipal esteja estruturado.

11- BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO (Base legal: Art. 18, §1º, VII, Lei nº 14.133/21):

A contratação de empresa especializada para execução de sondagens de solos proporcionará benefícios diretos e indiretos à Administração Municipal, especialmente à Secretaria de Obras e Infraestrutura, reforçando a qualidade técnica das intervenções públicas e contribuindo para uma gestão mais eficiente, segura e econômica. Trata-se de medida que promove avanços significativos no planejamento,



no dimensionamento e na execução de obras públicas, reduzindo incertezas, mitigando riscos e assegurando maior precisão nas decisões administrativas.

A obtenção de informações geotécnicas confiáveis por meio de ensaios como Sondagem de Simples Reconhecimento (SPT), determinação de níveis d'água, coleta de amostras, granulometria, limites de Atterberg, compactação, densidade e demais parâmetros laboratoriais, permite caracterizar adequadamente o subsolo, identificar materiais problemáticos, avaliar a capacidade de suporte do terreno e compreender o comportamento mecânico das camadas investigadas. Essas informações são fundamentais para a definição de fundações, contenções, estruturas, sistemas de drenagem e soluções de pavimentação.

No contexto das obras de infraestrutura, edificações e pavimentação, os dados obtidos nas sondagens orientam a escolha das soluções construtivas mais adequadas, evitando superdimensionamentos que elevam custos ou subdimensionamentos que comprometem a segurança. A adoção de projetos baseados em dados reais do solo aumenta a durabilidade das obras, reduz a ocorrência de patologias estruturais e diminui despesas futuras com manutenção corretiva.

A realização prévia dos estudos geotécnicos também traz maior previsibilidade ao cronograma das obras, prevenindo paralisações, retrabalhos e aditivos contratuais decorrentes de falhas de investigação do subsolo. Com informações técnicas precisas, a Administração pode planejar de forma mais assertiva, otimizar recursos e tomar decisões estratégicas com transparência e segurança.

Outro benefício relevante é o fortalecimento da eficiência da gestão pública, uma vez que a contratação contribui para racionalizar o emprego de recursos financeiros e assegurar maior controle técnico sobre as intervenções realizadas. A identificação antecipada de solos expansivos, orgânicos, colapsíveis ou de baixa resistência permite a adoção de medidas corretivas e preventivas, mitigando riscos de instabilidade, recalques diferenciais, fissurações e outros danos que comprometeriam o desempenho das obras públicas.

Dessa forma, a contratação promove conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, elevando o padrão técnico das obras municipais e assegurando maior qualidade e segurança nas intervenções de médio e grande porte a serem realizadas pelo Município de Cícero Dantas-BA.

12- PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS (Base legal: Art. 18, §1º, IX, Lei nº 14.133/21):

Para assegurar a adequada preparação, formalização e execução do futuro contrato, a Administração deverá adotar uma série de providências administrativas prévias, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021. Os Documentos de Formalização da Demanda (DFDs), encaminhados pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, já apresentam as indicações preliminares dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato. No entanto, tais designações deverão ser formalizadas por meio de ato administrativo específico, conforme determina o art. 117 da referida Lei, garantindo clareza das atribuições e regularidade das responsabilidades funcionais.

O Termo de Referência, a ser elaborado após a conclusão deste Estudo Técnico Preliminar, deverá definir de maneira precisa as competências dos gestores e



fiscais, contemplando, entre outras funções, o acompanhamento técnico da execução dos serviços de sondagem, dos ensaios laboratoriais e da elaboração dos relatórios geotécnicos, conforme previsto nas normas técnicas aplicáveis.

A Administração deverá estruturar rotinas operacionais para planejamento, autorização e acompanhamento das atividades de campo, abrangendo a mobilização da equipe e dos equipamentos de sondagem, a execução dos furos SPT por metro linear, a coleta e identificação de amostras deformadas e, quando aplicável, indeformadas, além da organização do transporte dessas amostras até o laboratório responsável pelos ensaios. Tais rotinas devem incluir mecanismos de controle e verificação da locação dos pontos de sondagem, profundidades atingidas, leituras obtidas em campo, registros em boletins padronizados e rastreabilidade integral das amostras coletadas.

No tocante aos ensaios laboratoriais, tais como granulometria, limites de Atterberg, compactação, CBR, umidade natural, densidade e expansão, deverão ser adotados procedimentos de conferência dos resultados, observando-se a conformidade dos laudos técnicos com as normas da ABNT e a validação por responsável técnico habilitado e devidamente registrado no CREA.

Também deverão ser estabelecidos procedimentos adequados de acondicionamento, identificação, transporte e armazenamento das amostras, garantindo a integridade do material desde a coleta até sua análise em laboratório, bem como o atendimento aos requisitos de controle de qualidade e rastreabilidade.

Após a finalização deste ETP, caberá à unidade competente elaborar o Termo de Referência, que, após aprovação pela autoridade competente, subsidiará a condução da Dispensa de Licitação na modalidade eletrônica, conforme planejado. Concluídas as etapas de análise, habilitação, adjudicação e homologação, a Administração deverá realizar a gestão e fiscalização do contrato de forma contínua, zelando pelo cumprimento das normas técnicas, das responsabilidades profissionais e das obrigações legais por parte da contratada.

Assim, as providências aqui delineadas contribuem para assegurar a eficiência, a economicidade, a transparência e a segurança técnica dos serviços de sondagem de solos, garantindo que a execução contratual ocorra de maneira planejada, precisa e em conformidade com as exigências normativas aplicáveis.

13- IMPACTOS AMBIENTAIS (Base legal: Art. 18, §1º, XII, Lei nº 14.133/21):

Considerando a natureza dos serviços de sondagem de solos, verifica-se que os principais impactos ambientais associados à contratação estão relacionados às intervenções pontuais no terreno, à geração de resíduos provenientes das perfurações, ao uso de equipamentos mecânicos e ao eventual contato com o lençol freático. Tais atividades, quando não devidamente controladas, podem ocasionar alterações localizadas no solo, compactação superficial, geração de lama e detritos, ruídos, emissão de particulados, além do risco de contaminação do solo e da água por óleos, combustíveis ou materiais utilizados durante a execução.

A análise ambiental da contratação concentra-se, portanto, na correta execução dos serviços de campo, no controle dos resíduos gerados, na prevenção de contaminações e na recuperação das áreas impactadas, assegurando que as



intervenções ocorram de forma sustentável, com o mínimo de interferência ao meio ambiente e às condições locais.

Identificação dos riscos ambientais:

Risco Ambiental	Descrição
Intervenção no solo	Perfurações que podem causar desagregação superficial e compactação localizada
Geração de resíduos de sondagem	Produção de solo escavado, lama e detritos provenientes das perfurações
Contaminação do solo e água	Possível vazamento de óleos, graxas ou combustíveis dos equipamentos
Interferência no lençol freático	Contato com água subterrânea podendo causar turvação ou alteração local
Ruídos e emissões	Emissão de ruídos e poeiras decorrentes da operação dos equipamentos

Com o objetivo de reduzir os impactos ambientais decorrentes da contratação, serão adotadas as seguintes medidas mitigadoras:

Execução controlada dos serviços: A contratada deverá realizar as perfurações de forma pontual e planejada, evitando intervenções desnecessárias e minimizando a área impactada. Os locais deverão ser previamente definidos pela Administração, considerando critérios técnicos e ambientais.

Gestão de resíduos: Todo material proveniente das sondagens, como solo escavado e lama, deverá ser acondicionado adequadamente e destinado de forma ambientalmente correta, conforme a legislação vigente. É vedado o descarte irregular em vias públicas, corpos d'água ou áreas não autorizadas.

Prevenção de contaminações: A contratada deverá adotar medidas preventivas para evitar vazamentos de combustíveis, óleos e graxas, incluindo manutenção adequada dos equipamentos, uso de recipientes apropriados para armazenamento e abastecimento em locais seguros.

Recuperação das áreas: Após a execução dos serviços, os pontos de sondagem deverão ser devidamente recompostos, com fechamento dos furos e restauração das condições originais do terreno, sempre que aplicável, evitando riscos à segurança e impactos visuais ou ambientais.

Controle de ruídos e emissões: Os equipamentos utilizados deverão estar em boas condições de funcionamento, reduzindo emissões sonoras e de poluentes, especialmente em áreas urbanas ou próximas a equipamentos públicos sensíveis.

Conformidade ambiental: A contratada deverá cumprir integralmente a legislação ambiental vigente, incluindo normas federais, estaduais e municipais, mantendo regularidade junto aos órgãos competentes e adotando boas práticas ambientais durante toda a execução contratual.

Sustentabilidade da contratação: A contratação atende ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável (art. 5º da Lei nº 14.133/2021), ao prever a adoção de práticas que minimizam impactos ambientais, promovem o uso responsável dos recursos naturais e asseguram a adequada gestão dos resíduos gerados. Além disso, a



realização de sondagens contribui indiretamente para a sustentabilidade das obras públicas, ao permitir projetos mais eficientes, seguros e duráveis, evitando retrabalhos e desperdícios de recursos.

Diante da análise dos possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação, verifica-se que os riscos identificados são pontuais, controláveis e mitigáveis, desde que observadas as medidas de gestão ambiental previstas neste Estudo Técnico Preliminar, garantindo a compatibilidade da execução dos serviços com a preservação ambiental e o interesse público.

14- MAPA/ ANÁLISE DE RISCOS (Base legal: Art. 18, §1º, X, Lei nº 14.133/21):

A análise de riscos tem por finalidade identificar, avaliar e propor medidas para mitigação dos eventos que possam comprometer o êxito da contratação dos serviços de sondagem de solos e ensaios laboratoriais, garantindo maior segurança técnica, jurídica e eficiência na execução do objeto.

O quadro a seguir apresenta o mapa de riscos relacionado à contratação:

Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Medidas Preventivas	Plano de Mitigação
Atraso na mobilização de equipe de sondagem SPT	Média	Médio	Médio	Definição de prazos claros e penalidades contratuais	Aplicação de multas e convocação do fornecedor remanescente
Execução inadequada da sondagem (dados inconsistentes)	Baixa	Alto	Médio	Exigência de cumprimento das normas da ABNT (ex.: NBR 6484) e acompanhamento técnico	Reexecução dos serviços sem ônus e responsabilização técnica
Coleta inadequada ou perda de amostras amolgadas	Média	Médio	Médio	Padronização de procedimentos de coleta, identificação e acondicionamento	Nova coleta de amostras e ajuste nos procedimentos operacionais
Resultados laboratoriais inconsistentes ou fora do padrão	Baixa	Alto	Médio	Exigência de laboratório qualificado e controle de qualidade dos ensaios	Repetição dos ensaios e validação técnica dos laudos
Falhas no transporte e	Média	Médio	Médio	Definição de protocolos	Substituição das amostras



acondicionamento das amostras				transporte e rastreabilidade	comprometidas e reforço nos controles
Descontinuidade na execução dos serviços	Baixa	Médio	Baixo	Verificação da capacidade técnica e operacional da contratada	Rescisão contratual e convocação de remanescente
Não conformidade com normas técnicas (ABNT / CREA)	Baixo	Alto	Médio	Exigência de responsável técnico habilitado e ART registrada	Suspensão dos serviços até regularização e aplicação de sanções
Interferências operacionais (acesso ao local, condições climáticas)	Médio	Médio	Médio	Planejamento prévio das frentes de serviço e análise de campo	Reprogramação das atividades e adequação do cronograma

Avaliação dos riscos: A análise de riscos demonstra que os eventos identificados possuem probabilidade controlável e impactos mitigáveis, sendo adequadamente gerenciáveis por meio de medidas técnicas, administrativas e contratuais. Dessa forma, conclui-se que não há riscos capazes de inviabilizar a contratação, desde que sejam adotados os mecanismos de prevenção, fiscalização e controle previstos, assegurando a execução adequada dos serviços conforme normas da ABNT, exigências do CREA e demais regulamentos aplicáveis.

15- DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (Base legal: Art. 18, §1º, XIII, Lei nº 14.133/21):

A viabilidade da contratação para execução de sondagens de solos é demonstrada pelos elementos técnicos, econômicos e operacionais apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, evidenciando ganhos significativos para o planejamento e a execução das obras públicas do Município de Cícero Dantas-BA. A adoção de um processo único para a realização dos serviços geotécnicos assegura maior coordenação técnica das etapas de investigação, uniformidade dos métodos aplicados em campo e laboratório, rastreabilidade dos resultados e padronização dos procedimentos exigidos pelas normas da ABNT, fatores indispensáveis para a confiabilidade dos dados que subsidiarão projetos de infraestrutura. A centralização da execução evita a fragmentação de serviços interdependentes como perfuração de furos SPT, coleta e transporte de amostras, realização de ensaios laboratoriais e elaboração de relatórios conclusivos garantindo coerência técnica, redução de inconsistências e maior precisão nas análises geotécnicas. Esse modelo permite melhor gerenciamento do cronograma das obras municipais, otimização do uso de recursos públicos e redução



de custos decorrentes de retrabalhos, correções emergenciais ou falhas construtivas originadas pela ausência de informações sobre o subsolo. Sob a perspectiva econômica, a solução apresenta relação custo-benefício favorável ao Município, especialmente ao considerar a prevenção de patologias estruturais, a redução de riscos técnicos e a diminuição de despesas futuras com manutenção corretiva. A disponibilidade de dados geotécnicos confiáveis amplia a segurança nas decisões administrativas, assegura projetos mais precisos e contribui para a durabilidade das intervenções públicas em edificações, pavimentação, drenagem e obras de contenção. Do ponto de vista ambiental, a contratação se mostra plenamente viável, desde que observadas as práticas de mitigação e controle previstas neste documento, incluindo manejo adequado dos resíduos gerados, proteção das áreas de intervenção e adoção de procedimentos que minimizem impactos ao solo e às águas subterrâneas. Tais medidas garantem conformidade com a legislação ambiental vigente e com as diretrizes de sustentabilidade que regem as contratações públicas. Os benefícios esperados são proporcionais aos custos estimados e os riscos identificados se apresentam plenamente administráveis, conforme o mapeamento constante no ETP. Não foram identificados impedimentos técnicos, jurídicos ou operacionais que inviabilizem a contratação, a qual se mostra compatível com as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e essencial para a execução segura e eficiente das obras municipais. Declara-se, assim, a contratação como tecnicamente VIÁVEL, recomendando-se o prosseguimento das etapas subsequentes do procedimento de Dispensa Eletrônica.

Cícero Dantas – Bahia 30 de abril de 2026.

Paulo Fernando dos Santos
Matrícula nº 19013607

Decreto nº 0022, de 03/01/2025
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura - SEINFRA



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2026
DISPENSA ELETRÔNICO Nº DE001/2026PMCD
ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA

1- CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (Base legal: incisos XXIII e XIII do Art. 6º e Arts. 18 e 20 da Lei nº 14.133/21):

1.1. Contratação de empresa para sondagem de solos, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Cícero Dantas - BA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidos neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT	VALOR UNIT COM BDI
1	SONDAGEM SPT		1		82.451,72
1.1	MOBILIZAÇÃO DE EQUIPE DE SONDAGEM SPT	VB	4	2.800,00	3.415,16
1.2	REALIZAÇÃO DE SONDAGEM SPT POR METRO LINEAR	M	94	600,00	731,82
2	ENSAIOS LABORATORIAIS GEOTÉCNICOS		1		46.958,32
2.1	RETIRADA DE AMOSTRA AMOLGADAS - SACOS DE 50 KG	UND	26	150,00	182,95
2.2	MOBILIZAÇÃO PARA RETIRADA DE AMOSTRAS AMOLGADAS	VB	4	2.800,00	3.415,16
2.3	ENSAIOS LABORATORIAIS (GRANULOMETRIA, LIMITES DE ATTERBERG, COMPACTAÇÃO, CBR, UMIDADE NATURAL, DENSIDADE MÁXIMA, EXPANSÃO)	UND	26	900,00	1.097,73

1.2. A execução dos serviços deverá seguir fielmente as necessidades apontadas nas ordens de serviços de acordo com as especificações constantes nos documentos anexos e descritos ao ETP que são elaborados pela equipe técnica especializada, para que possa garantir a conformidade com o objeto pretendido e a legislação vigente.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente.

1.4. Trata-se de serviço técnico especializado de engenharia, conforme Lei nº 14.133/2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.



2- FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Base legal: Art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/21):

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3- DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 18, §1º, VI da Lei nº 14.133/21):

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Base legal: Art. 18, §1º, II da Lei nº 14.133/21):

Disposições Gerais

4.1. A contratação deverá observar requisitos técnicos, operacionais, legais, ambientais e de segurança, necessários à adequada execução do objeto, garantindo eficiência, segurança, qualidade dos serviços e conformidade com a legislação vigente.

Requisitos Técnicos

4.2. A contratada deverá executar os serviços de acordo com os requisitos técnicos:

4.2.1. Garantir que os serviços estejam em conformidade as normas ABNT, especificações do DNIT e demais regulamentos pertinentes;

4.2.2. Garantir conformidade as especificações técnicas do DNIT, especialmente para camadas granulares e revestimentos pétreos;

4.2.3. Assegurar correta execução das etapas: serviços preliminares, movimentação de terra, preparo do subleito, implantação da base, assentamento dos paralelepípedos, rejuntamento, compactação e drenagem superficial;

Empregar materiais com características compatíveis com o projeto e devidamente certificados;

4.2.4. Manter responsável técnico habilitado, com ART registrada no CREA;

4.2.5. Apresentar métodos executivos que garantam nivelamento, regularidade, compactação e desempenho adequado do pavimento;

4.2.6. Atender aos requisitos legais e regulatórios vigentes exigidos pela legislação.

Requisitos Operacionais

4.3. A execução deverá contemplar:

4.3.1. Execução conforme ordens de serviço;

4.3.2. Mobilizar máquinas, equipamentos e equipes em quantidade e qualidade suficientes para cumprimento do cronograma;

4.3.3. Garantir a continuidade das frentes de serviço, salvo impossibilidade devidamente justificada;

4.3.4. Manter organização de canteiro, áreas de estocagem e logística de transporte dos materiais;

4.3.5. Implementar sinalização temporária, isolamento da área de obra e dispositivos de segurança viária.

4.3.6. Uso de equipamentos adequados para perfeita execução do objeto;

Requisitos Legais e Contratuais



4.4. A contratação deverá observar:

4.4.1. O cumprimento do que estabelece a Lei Federal de Licitações e Contratos nº 14.133/2021;

4.4.2. As normas de segurança do trabalho, conforme legislação vigente;

4.4.4. Legislação ambiental vigente, inclusive quanto as licenças ambientais, quando aplicável;

4.4.5. Exigências de regularidade fiscal, trabalhista e ambiental da empresa;

4.4.6. Observar direitos e deveres da contratada, incluindo prazos, qualidade e responsabilidade subsidiária;

Requisitos Ambientais

4.5. A contratada deverá atender à:

4.5.1. Gestão adequada de resíduos sólidos, incluindo triagem, acondicionamento, transporte e destinação final em local licenciado;

4.5.2. Controle de poeira, ruído e vibrações;

4.5.3. Implantação de drenagem superficial eficiente para evitar erosão e carreamento de sedimentos;

4.5.4. Medidas de proteção ao solo e ao entorno, conforme boas práticas de engenharia e normas ambientais aplicáveis.

4.5.5. Realizar o manejo e destinação correta de resíduos que comprometam o meio ambiente;

Requisitos de Garantia

4.6. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei Nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.7. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.8. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.9. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.10. A contratada deverá:

4.10.1. Garantir a qualidade do material utilizado para a execução do objeto de sondagem de solos em desconformidade com a qualidade mínima;

4.10.2. Responsabilizar-se por qualquer dano decorrente de serviço inadequado ou contaminado.

Fiscalização

4.11. A execução dos serviços de sondagem de solos será acompanhada por fiscal designado pela Administração, responsável por verificar a correta aplicação das normas técnicas, a conformidade dos procedimentos executivos e o cumprimento das obrigações contratuais.

4.11.1. Verificar a conformidade dos equipamentos utilizados com as normas da ABNT e com as exigências técnicas estabelecidas no tópico 4.2.;



4.11.2. Acompanhar as condições de mobilização, transporte, montagem, operação e desmontagem dos equipamentos, assegurando que não haja danos ao solo, contaminação das amostras ou interferências que prejudiquem a precisão dos ensaios;

4.11.3. Verificar a correta execução dos ensaios, incluindo profundidades atingidas, níveis d'água, número de golpes no SPT, obtenção de amostras representativas, registros em caderneta de campo, identificação de camadas e descrição tátil visual do solo, garantindo total aderência às metodologias normalizadas;

4.11.4. Avaliar o cumprimento integral das condições contratuais pela contratada, especialmente quanto à emissão de ART, qualificação da equipe técnica, elaboração dos relatórios geotécnicos, segurança do trabalho, gestão de resíduos perfurados e integridade dos dados coletados.

Subcontratação

4.12. A subcontratação não será permitida nesta contratação, uma vez que os serviços de sondagem de solos constituem um objeto técnico e indivisível, cuja execução exige metodologia uniforme, responsabilidade técnica única, controle rigoroso de qualidade e continuidade operacional. A fragmentação da execução comprometeria a precisão dos ensaios, a confiabilidade dos dados obtidos e o adequado gerenciamento das etapas de campo e gabinete, além de gerar riscos de inconsistência técnica e de diluição de responsabilidades. Assim, por razões de eficiência, segurança técnica e garantia dos resultados, a contratada deverá executar integralmente todos os serviços previstos, sem qualquer forma de subcontratação.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Base legal: Art. 18, §1º, III da Lei nº 14.133/21):

Condições da execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A execução do objeto será iniciada em até 05 dias da assinatura da ordem de serviço;

5.1.2. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades solicitadas e qualidades estabelecidas;

Local de Entrega/Execução

5.2. Cada local de execução dos serviços de sondagem de solos será definido pela Secretaria demandante conforme as necessidades técnicas identificadas no planejamento das investigações geotécnicas que sucederem. Os pontos exatos, profundidades, quantidades e demais parâmetros serão detalhados e formalmente indicados nas Ordens de Serviço, emitidas à medida que surgirem as demandas vinculadas ao objeto contratual.

Materiais a serem disponibilizados

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, EPI's, ferramentas e utensílios necessários e qualidades que permitam o bom andamento e execução do contrato, promovendo sua substituição quando necessário ou quando solicitado pela fiscalização ou pela gestão do contrato.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)



5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6- 6- MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Base legal: Art. 117 da Lei nº 14.133/21):

6.1. A gestão do contrato será realizada de forma integrada entre gestor e fiscais designados, assegurando que a execução do objeto observe as cláusulas contratuais, as normas da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Em casos de suspensão, impedimento ou paralisação da execução, o prazo contratual será ajustado pelo período correspondente, mediante registro formal no processo administrativo.

6.3. As comunicações relativas à execução, acompanhamento e controle do contrato deverão ocorrer por escrito, admitindo-se o uso de mensagens eletrônicas oficiais quando apropriado.

6.4. A Administração poderá convocar representante da contratada a qualquer momento para esclarecimentos, ajustes operacionais ou alinhamentos necessários ao pleno cumprimento do objeto.

6.5. Após a assinatura, será realizada reunião inicial com gestor, fiscais e contratada para apresentação do plano de fiscalização, mecanismos de controle, responsabilidades de cada parte e critérios para o recebimento provisório e definitivo.

Fiscalização

6.6. A fiscalização será exercida pelos fiscais formalmente designados e/ou seus substitutos, responsáveis por acompanhar a execução, registrar ocorrências relevantes, verificar conformidade e adotar as medidas necessárias à regular execução, reportando ao gestor os fatos que excederem sua competência.

6.7. Compete aos fiscais manter registros atualizados, atestar as etapas executadas, comunicar não conformidades e solicitar providências corretivas à contratada, observando o Decreto Municipal nº 993/2023.

Fiscalização Técnica

6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração:

6.9. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei Nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

6.10. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



6.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Gestão do Contrato

6.14. O gestor do contrato será responsável pela coordenação geral do acompanhamento e fiscalização, consolidando informações, instruindo o processo administrativo, monitorando prazos, avaliando a manutenção das condições de habilitação da contratada e adotando providências administrativas necessárias ao bom andamento contratual.

6.15. Cabe ao gestor deliberar sobre ajustes na execução, reportar situações críticas à autoridade competente, solicitar abertura de processo de responsabilização quando houver indícios de infrações e adotar medidas relacionadas à prorrogação, renovação, alterações ou encerramento contratual.

6.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7- CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Base legal: Art. 141 da Lei nº 14.133/21):

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará a Medição para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. Não produzir os resultados acordados;

7.2.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou



7.2.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do instrumento não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Recebimento

7.4. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.5. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei Nº 14.133/2021).

7.7. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei Nº 14133, de 2021)



7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os ensaios SPT, nível d'água, amostragem, descrição tátil-visual e instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Nº 14.133, de 2021.

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.26. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado será providenciado a sua notificação por escrito para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação da regularidade fiscal.

Pagamento

7.32. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77, de 2022.

7.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



7.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação

7.37. Não haverá antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

7.38. Não é admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

8 - FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO (Base legal: Art. 33 da Lei nº 14.133/21):

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento de MENOR VALOR GLOBAL.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será de execução integral, estruturada em etapas tecnicamente definidas

9 - EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO (Base legal: Art. 66, Art. 67, Art. 68, Art. 69 da Lei nº 14.133/21):

9.1. Para fins de habilitação deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

9.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.



9.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede.

9.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.9. Documento de Identificação do Representante Legal.

9.9.1. A Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar a apresentação de documento oficial de identificação com foto do titular, sócio ou representante legal da licitante, com o objetivo de verificar a legitimidade da representação;

9.9.2. A ausência do documento de identificação não implicará, por si só, a inabilitação da licitante, podendo ser suprida mediante diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021;

9.9.3. Serão considerados documentos oficiais de identificação, dentre outros:

- a) Carteira de Identidade (RG);
- b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- c) Carteira profissional expedida por conselho de classe;
- d) Passaporte.

9.9.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Regularidade fiscal, social e trabalhista

9.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

9.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta Nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

9.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943.



9.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira:

9.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples.

9.21. Certidões negativas de falência e concordata, expedidas pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica. Não serão aceitas Certidões com mais de 30 (trinta) dias corridos, contados da efetiva pesquisa do Cartório em relação à data da realização desta licitação, apenas consideradas para esse fim, aquelas que não têm prazo de validade próprio - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

9.22. Certidão Simplificada, emitida pela junta Comercial da sede da empresa licitante, com data de emissão não anterior a 30 (trinta) dias da data da licitação.

9.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

9.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED;

9.23.5. Dispensar o MEI da apresentação do Balanço Patrimonial. A fundamentação desta tese é a de que os MEIs estão dispensados de manter contabilidade formal, não possuindo Livro Diário ou Livro Caixa e a exigência de Balanço imputaria ônus excessivo ao microempresário. Ademais, estariam os MEIs desobrigados de produzir Balanço Patrimonial, conforme o § 2º do art. 1.179 do Código Civil.



9.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º)

9.26. A boa situação financeira do licitante será comprovada com a apresentação de Declaração contendo as Demonstrações Contábeis transcritas do instrumento próprio, completando-se com a indicação e assinaturas do titular ou de representante legal da empresa e do profissional da contabilidade legalmente habilitado de forma digital com base no Art. 69, I e § 1º da Lei Nº 14.133/2021 e artigo 1184, inciso II do Código Civil para Demonstrações que possuam mais de 90 (noventa) dias após o registro no Órgão competente, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial.

Qualificação Técnica

9.27. Apresentar prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e tipo de serviço com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de Atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, competentes para tanto, necessariamente em nome do licitante. Entende-se por mesma natureza e porte, atestados de serviços similares ao objeto da licitação que demonstrem que o licitante prestou serviços correspondentes à metros lineares de sondagem SPT ou trado, ou número de furos equivalentes ao licitado.

9.28. Comprovação de capacitação técnico-operacional, certidões ou atestados, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior (art. 67, inc. II, parte inicial, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), limitada às parcelas de maior relevância ou valor significativo.

9.29. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, em plena validade.

9.30. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.31. Apresentação dos profissionais abaixo indicados, devidamente registrados no conselho profissional competente, detentores de Atestado de Responsabilidade Técnica – ART por execução de serviço de características semelhantes ao objeto a ser licitado.

9.31.1. Um Engenheiro Civil - Serviços compatíveis com o objeto devidamente registrada do CREA;

9.32. A natureza da relação dos profissionais com a contratada deverá ser comprovada, para fins de habilitação, por meio da apresentação, de um dos seguintes documentos:

a) Carteira de Trabalho; b) Certidão do Conselho Profissional; c) Contrato Social; d) Contrato de Prestação de Serviços; ou e) Termo através do qual o profissional



assuma a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa.

9.32. Os profissionais indicados na forma supra deverão participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

9.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado e acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.34. Certidão de Acervo Operacional (CAO), prevista na Resolução 1.137/2023 do CONFEA. A capacitação técnica operacional da licitante será comprovada mediante a apresentação da Certidão de Acervo Operacional (CAO), em nome da licitante, mediante apresentação de Certidões de Acervo Técnico - (CAT) expedidas pela entidade profissional competente da região onde os serviços foram executados, em papel timbrado, constando o endereço do contratante, ou ser informado pelo licitante de forma a permitir possível diligência, que comprovem) a aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível com características semelhantes e com complexidade tecnológicas e operacionais equivalentes, ou superiores aos serviços ou parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo do objeto licitado, constantes do projeto básico e planilhas orçamentárias, abaixo devidamente relacionados (Inciso II do art. 67 da Lei 14.133, de 2021).

9.35. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante:

9.35.1. Os atestados de capacidade técnica operacionais poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

9.35.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.36. Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

9.37. Apresentação de Alvará de Funcionamento expedido pelo município da sede da empresa, no ramo pertinente ao objeto licitado.

10 - GARANTIA DE PARTICIPAÇÃO (Base legal: Arts. 58 da Lei nº 14.133/21):

10.1. Deverá ser juntado no momento da apresentação da proposta inicial, nos termos do artigo 58, da Lei Nº 14.133/21, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de Pré-habilitação, no percentual de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, conforme Edital.

11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Base legal: Arts. 92, 117 e 120 da Lei nº 14.133/21):



11.1. A contratada deverá observar integralmente as condições técnicas, legais e operacionais necessárias à execução dos serviços de sondagem de solos, cumprindo as seguintes obrigações:

11.1.1. Apresentar cronograma detalhado de execução das sondagens, indicando mobilização, perfuração, obtenção de amostras, registro de SPT, identificação de camadas, profundidades previstas e entrega dos relatórios técnicos, de forma compatível com o planejamento da Administração.

11.1.2. Apresentar, quando exigido no edital, Seguro Garantia Contratual nos termos da Lei nº 14.133/2021, assegurando o cumprimento das obrigações assumidas.

11.1.3. Garantir que todos os equipamentos utilizados (perfuratrizes, trados, amostradores, hastes, martelo SPT) estejam calibrados e atendam às normas da ABNT, apresentando laudos e comprovantes de conformidade técnica, quando aplicável.

11.1.4. Implementar plano de gerenciamento de resíduos provenientes da perfuração, incluindo solo retirado, água eventualmente utilizada, embalagens e materiais de apoio, garantindo destinação ambientalmente adequada conforme legislação ambiental vigente.

11.1.5. Manter a comprovação de experiência anterior em serviços de sondagem geotécnica, com métodos equivalentes ao objeto, observando a qualificação técnico-operacional já exigida na habilitação.

11.1.6. Disponibilizar equipe técnica qualificada, composta por engenheiro civil ou geólogo como responsável técnico (com ART), sondadores e auxiliares devidamente capacitados, garantindo execução conforme normas ABNT aplicáveis (NBR 6484, NBR 9603, NBR 9604, NBR 3415).

11.1.7. Elaborar e entregar relatórios técnicos completos, contendo perfis estratigráficos, resultados do SPT, níveis d'água, descrição tátil-visual das camadas e demais dados requeridos, bem como registrar ART referente à execução dos serviços. Obter previamente todas as autorizações necessárias para acesso e intervenção nos locais designados pela Administração.

12 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (Base legal: Arts. 92, 117 e 141 da Lei nº 14.133/2021):

12.1. A contratante deverá cumprir as seguintes obrigações relativas à adequada gestão e fiscalização dos serviços de sondagem:

12.1.1. Designar fiscal técnico e fiscal administrativo, conforme a legislação vigente, para acompanhar e registrar todas as etapas da execução das sondagens.

12.1.2. Verificar a conformidade dos serviços com o Termo de Referência, com as Ordens de Serviço emitidas e com as normas técnicas aplicáveis.

12.1.3. Disponibilizar à contratada as orientações, informações técnicas e locais de execução das sondagens, assegurando acesso às áreas designadas.

12.1.4. Notificar formalmente a contratada sobre irregularidades, inconformidades nos ensaios ou falhas de execução, determinando as correções necessárias.

12.1.5. Controlar prazos, indicadores de desempenho, registros de campo, medições e ocorrências, mantendo documentação atualizada no processo contratual.



12.1.6. Adotar medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual, incluindo aplicação de sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.

13 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 23 da Lei nº 14.133/21):

13.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 129.410,04 (cento e vinte e nove mil quatrocentos e dez reais e quatro centavos), conforme consta nos documentos auxiliares em anexo, realizados por parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência da Planilha Orçamentária, de Recursos Próprios do município e na tabela SINAPI 02/2026, conforme norma estabelecida no artigo 3º do Decreto Federal nº 7.983/13 e §2º e §3º, do art. 23, da Lei Federal 14.133/21.

14 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (Base legal: Art. 7º da Lei nº 14.133/21):

14.1. Os custos com a presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

UNIDADE	PROJETO / ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
09.01 - Sec. Municipal de Obras e Infraestrutura – SEINFRA.	2.003 - Manutenção das Ações da Sec. Municipal de Obras e Infraestrutura.	3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica.	1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos.

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Cícero Dantas – Bahia 30 de abril de 2026.

Paulo Fernando dos Santos

Matrícula nº 19013607

Decreto nº 0022, de 03/01/2025

Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura - SEINFRA



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2026
DISPENSA ELETRÔNICO Nº DE001/2026PMCD
ANEXO III
CARTA DE APRESENTAÇÃO PROPOSTA DE PREÇOS

A

Prefeitura Municipal de Cícero Dantas/BA
DISPENSA ELETRÔNICO Nº DE001/2026PMCD

Apresentamos a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada na planilha anexa, para o fornecimento do objeto de que trata o Dispensa Eletrônico Nº **DE001/2026PMCD**, conforme especificação constante do Termo de Referência do Edital.

Os prazos para cumprimento do objeto são os que se seguem:

a) Prazo de validade da proposta: (.....) dias;

b) Prazo para fornecimento: (.....) dias.

Observação: atentar para os prazos previstos no edital.

Para tanto, nos propomos a fornecer os materiais licitados pelos preços unitários constantes da planilha de quantitativos e preços unitários anexa e pelo
preço global de R\$ _____
(_____).

Local e data

Assinatura e carimbo (do representante legal)

Observação: emitir em papel que identifique a licitante.



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2026
DISPENSA ELETRÔNICO Nº DE001/2026PMCD
ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS**

A

Prefeitura Municipal de Cícero Dantas/BA
DISPENSA ELETRÔNICO Nº DE001/2026PMCD

LICITANTE:		
END. COMERCIAL:		UF:
CEP:	FONE/FAX:	CONTATO:
INSC. ESTADUAL:		CNPJ:
E-MAIL:		VALIDADE DA PROPOSTA:
REPRESENTANTE LEGAL:		
DADOS BANCÁRIOS:		

OBJETO: Contratação de empresa para sondagem de solos, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Cícero Dantas - BA, conforme especificações e condições constantes do edital e do termo de referência.

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para a execução do objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade todas as despesas, tais como: transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com as especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei Federal Nº 14.133/2021, demais legislação aplicável e às cláusulas e condições constantes do Edital do Dispensa Eletrônico Nº **DE001/2026PMCD**.

ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1						
VALOR TOTAL DA PROPOSTA						



RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE

_____, ____/____/____

LOCAL DATA

ASSINATURA

Observações:

- 1) A proposta deverá indicar aos dados bancários em que serão creditados os pagamentos durante a execução do contrato.

EDITAL



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2026
DISPENSA ELETRÔNICO Nº DE001/2026PMCD
ANEXO V
MODELO DE CREDENCIAL

A Ilmo. Sr.^a. Agente de Contratação,
Prefeitura Municipal de Cícero Dantas/BA
DISPENSA ELETRÔNICO Nº DE001/2026PMCD

Sr.^a. Agente de Contratação,

A (nome da empresa)..... CNPJ, nº, com sede à, neste ato representado pelo (s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador (es) o Senhor (a), (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº, expedido pela, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº, residente à rua, nº como meu mandatário, a quem confiro amplos poderes para junto ao Órgão..... praticar todos os atos necessários, relativos ao procedimento licitatório na modalidade de Dispensa Eletrônico Nº **DE001/2026PMCD**, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente dando tudo como bom, firme e valioso.

Data e Local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal
(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2026
DISPENSA ELETRÔNICO Nº DE001/2026PMCD
ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÕES

A Ilmo. Sr.^a Agente de Contratação,
Prefeitura Municipal de Cícero Dantas/BA
DISPENSA ELETRÔNICO Nº DE001/2026PMCD

Sr.^a Agente de Contratação,

A signatária _____, inscrita no CNPJ Nº _____, por intermédio de seu responsável legal _____, portador da Carteira de Identidade Nº _____ e CPF Nº _____, DECLARA QUE:

De acordo com o disposto no Inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, em cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Sim () Não ()

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz:

Sim () Não ()

Que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

Sim () Não ()

Igualmente, declara que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incursa em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Sim () Não ()

Declara também que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Sim () Não ()

Que se enquadra no Art. 34 d Lei 11.488/2007 e atende os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu art. 3º (microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa):

Sim () Não ()

• Que a proposta apresentada para participar do Dispensa Eletrônico Nº **DE001/2026PMCD**, foi elaborada de maneira independente pela empresa (dados da empresa), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato Dispensa Eletrônico Nº **DE001/2026PMCD**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;



- Que a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação Dispensa Eletrônico Nº **DE001/2026PMCD**, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Dispensa Eletrônico Nº **DE001/2026PMCD**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Dispensa Eletrônico nº. **DE001/2026PMCD**, quanto a participar ou não da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Dispensa Eletrônico Nº **DE001/2026PMCD**, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da Dispensa Eletrônico Nº **DE001/2026PMCD**, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Dispensa Eletrônico Nº **DE001/2026PMCD**, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Cícero Dantas – Bahia, antes da abertura oficial das propostas;
- Que a empresa não possui no seu quadro societário pessoas que tenham vínculo de forma direta ou indireta com o município, a exemplo de cargo de confiança (cargo comissionado), contrato temporário de prestação de serviços ou servidor efetivo; e
- Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.
- Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório Dispensa Eletrônico Nº **DE001/2026PMCD**, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Que tem pleno conhecimento do Edital e seus Anexos e todas as informações, das condições locais e dificuldades para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, e ainda, que aceita como válida a situação em que se encontra para a realização do fornecimento a que se refere o Dispensa Eletrônico Nº **DE001/2026PMCD**.

Por ser esta fiel expressão da verdade, assino a presente declaração, ciente de que a falsidade das informações acima está sujeita às penalidades legais previstas no Artigo 299 do Código Penal, como também implicará na desclassificação do presente certame.

(Município sede da empresa), __ de _____ de _____.

Nome legível/Carimbo e Assinatura Autorizada da empresa
(Cargo/Função)
Doc. de Identidade Nº _____
CPF Nº _____
(APRESENTAR NO CREDENCIAMENTO)



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2026
DISPENSA ELETRÔNICO Nº DE001/2026PMCD
ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO Nº */******

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A

*****,
CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES
CONSTANTES DO EDITAL E DO TERMO DE
REFERÊNCIA E A EMPRESA
*****.

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

CONTRATANTE: De um lado, o **MUNICÍPIO DE CÍCERO DANTAS - BAHIA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob Nº 13.808.613/0001-00, com sede na Rua Raymundo Borges de Santana, S/N, Centro, CEP 48.410-000, Cícero Dantas – Bahia, neste ato representado por seu Prefeito, Exmo. Sr. **VINICIUS JOSÉ ARAÚJO BORGES DE SOUZA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade Nº *****, CPF Nº *****, assistidos juridicamente pelo Procurador Geral do Município, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: Do outro lado, a empresa **XXXXXXXXXX**, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº **XXXXXXXXXX**, Inscrição Estadual Nº **XXXXXXXXXX**, Inscrição Municipal Nº **XXXXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXX**, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) **XXXXXXXXXX, XXXXXXXXXX, XXXXXXXXXX**, inscrito no CPF sob o Nº _____, RG n.º _____, podendo ser encontrado(a) no endereço supracitado, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

CLÁUSULA PRÉVIA:

As partes firmam o presente Contrato, decorrente da homologação da licitação na modalidade de Dispensa Eletrônico Nº **DE001/2026PMCD** tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Nº 047/2026 e em observância às disposições da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da dispensa supracitado, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a *****,
*****,
conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência do Edital do Dispensa Eletrônico Nº **DE001/2026PMCD**, mediante Autorização de Fornecimento emitida pela requisitante, de forma parcelada e contínua.

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.1.1. O Termo de Referência;

1.1.2. O Edital da Licitação;

1.1.3. A Proposta da CONTRATADA;

1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO.

2.1. Como condição para a manutenção deste contrato, a **CONTRATADA** deverá manter, durante todo o período de vigência todas as condições de habilitação exigidas na licitação. A **CONTRATADA** presta garantia para que os produtos sejam entregues conforme as normas legais, de acordo com os limites de tolerância estipulados pelos órgãos oficiais de fiscalização, no que couber;

2.2. A **CONTRATADA** entregará os demais produtos solicitados no prazo estabelecido e será feito de forma imediata, de acordo com a necessidade do Município, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido; A **CONTRATADA** disponibilizará os produtos aos órgãos e entidades participantes através da AFM (Autorização de Fornecimento de Mercadoria), imediatamente, de acordo com os critérios previstos no ato convocatório.

2.3. Os órgãos e entidades solicitarão à **CONTRATADA**, por escrito, através de Autorização de Fornecimento de Material – AFM, e dentro do prazo de validade deste contrato, os produtos licitados de acordo com suas necessidades e respeitados os limites máximos estabelecidos no Anexo I deste termo.

2.4. Na hipótese de o fornecedor convocado não assinar este termo, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente AFM, quando do seu recebimento, a Administração poderá chamar os demais licitantes remanescentes, obedecendo a ordem de classificação, e propor a convocação do fornecimento dos produtos registrados pelos preços apresentados pelo primeiro colocado, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133/2021 e legislação cabíveis.

2.5. Este contrato estará sujeito às regras previstas na Lei Nº 14.133/2021, inclusive quanto ao prazo de vigência.

2.5.1. A alteração ou revisão de preços implica em reequilíbrio econômico dos preços das propostas apresentadas no Dispensa Eletrônico Nº **DE001/2026PMCD**, a qual dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços apresentados, devendo ser instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

2.5.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões nos quantitativos registrados, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do caput do art. 124 e art. 125 da Lei Federal Nº 14.133/2021, através de termo aditivo unilateral por parte da administração.

2.6. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre as partes pactuantes.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do (a) data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei Nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação terá o seu início quando da sua assinatura, ou seja, no dia ____/____/____ e seu fim no dia ____/____/____, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.



3.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.1.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando a **CONTRATADA** tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4. CLÁUSULA QUARTA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

6.1. Dá-se a este contrato o importe de **R\$** _____ (_____), pelos serviços executados constantes nos Itens, Anexo II deste contrato, conforme Proposta de Preços apresentada pela **CONTRATADA**, constantes no certame.

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento à contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do IPCA Amplo, mantido pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) a ser solicitados pela **CONTRATADA**, que dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços apresentados, devendo ser instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação



conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

8.5. Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

8.6. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações do **CONTRATANTE**, além das previstas no Termo de Referência:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

9.1.5. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.1.6. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.7. Cientificar a **Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXXX** para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.9. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do



contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A **CONTRATADA**, além das obrigações elencadas no Termo de Referência, deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

10.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078, de 1990);

10.1.2. Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.6. A **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: **1)** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social; **2)** Certidão conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; **3)** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; **4)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; **5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e **6)** Certidão Negativa de Tributos Municipais;

10.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.1.9. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



10.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Nº 14.133, de 2021.

10.1.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei Nº 14.133, de 2021);

II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

Multa:

I. Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;



II. Moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 0,5% (cinco décimos por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

III. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Nº 14.133, de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, § 9º, da Lei Nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei Nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos



seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.9. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei Nº 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada.

13.2. O pagamento será efetuado mediante entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, respeitando os prazos a saber:



UNIDADE	PROJETO / ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
09.01 - Sec. Municipal de Obras e Infraestrutura – SEINFRA.	2.003 - Manutenção das Ações da Sec. Municipal de Obras e Infraestrutura.	3.3.90.39.00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica.	1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos.

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Nº 14.133, de 2021, e demais Normas Federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Nº 14.133, de 2021.

15.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

16.1. No curso da execução dos serviços, caberá ao **CONTRATANTE**, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo o acompanhamento, a aferição qualitativa e a atestação dos serviços prestados, sem prejuízo da fiscalização exercida pela CONTRATADA.

16.2. A fiscalização e acompanhamento da execução deste contrato será exercida por um representante do **CONTRATANTE**, o (a) Servidor(a) Sr. (a). *****, Matrícula Nº ****, CPF Nº *****, designado pela **Portaria Municipal Nº ***/******, neste ato denominado **FISCAL**, devidamente credenciado pela Administração, ao qual competirá acompanhar as negociações, desde o ato da assinatura deste contrato até o prazo final, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem neste curso, inclusive acompanhar o pagamento (vide cláusula nona), e de tudo dará ciência ao credenciante, conforme Art. 117 da Lei Nº 14.133/2021 e legislação complementar.

16.3. A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não implica em corresponsabilidade sua ou do responsável pelo acompanhamento do contrato, não



excluindo nem reduzindo a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive por danos que possam ser causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da **CONTRATADA** na execução do contrato.

16.4. A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo órgão interessado.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei Federal Nº 12.527, de 2011.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cícero Dantas – Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei Nº 14.133/21.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. E por estarem assim justas e acertadas, foi elaborado o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual, depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas a tudo presentes, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Cícero Dantas / Bahia, ** de ***** de ****.

Prefeitura Municipal de Cícero Dantas
CNPJ Nº 13.808.613/0001-00
Vinicius José Araújo Borges de Souza
Gestor Municipal
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF Nº XXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada

TESTEMUNHAS:

1-

2-



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2026
DISPENSA ELETRÔNICO Nº DE001/2026PMCD
ANEXO VIII
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº * /******

No dia ** de ***** de *****, no (a) **MUNICÍPIO DE CÍCERO DANTAS/BA**, inscrito (a) no CNPJ **13.808.613/0001-00**, com sede à Praça Raymundo Borges de Santana, S/N CEP 48410-000 – Cícero Dantas-BA neste ato legalmente representado por **VINICIUS JOSÉ ARAÚJO BORGES DE SOUZA**, portador do CPF nº *****, **RESOLVE** registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor:

CNPJ:

Representante:

Telefone:

Email:

Endereço:

Item	Quantidade	Unidade	Marca	Modelo	Preço Unitário	Valor Total

Total: R\$ *****

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até **/**/****, a contar do dia **/**/****.

.CLÁUSULA 1ª - DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO E FORMA DE PAGAMENTO:

1.1 - Esta Ata não obriga o Município de Cícero Dantas a firmar contratações com o FORNECEDOR, podendo ocorrer licitações específicas para os produtos registrados, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro em igualdade de condições, além de que esta ata de registro de preços consiste em futura e eventual contratação, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

1.2 - O preço estimado a ser pago ao Fornecedor acima, observada a seguinte forma de pagamento: Mensalmente, através de transferência eletrônica em Conta do Credor.

1.3 – Os pagamentos devidos à Fornecedora serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo Contratado e esteja devidamente atestada a execução contratual, devendo ainda a Nota Fiscal discriminar os percentuais das despesas referentes a insumos e a mão de obra.

1.4 – A conta do Credor deverá ser preferencialmente mantida em instituição financeira idêntica ao do CONTRATANTE.



1.5 – Em caso de impossibilidade do cumprimento do item 1.4, o credor ficará responsável pelas custas das tarifas bancárias em decorrência do pagamento.

1.6 - Os preços acordados compreendem todos os custos de execução, diretos ou indiretos.

CLÁUSULA 2ª - DO PEDIDO DE FORNECIMENTO:

2.1 - A requisição dos bens ou serviços será formalizada pelo Município de Cícero Dantas mediante a emissão de Ordem de Fornecimento, observadas as disposições contidas no Edital da DISPENSA ELETRÔNICA Nº **DE001/2026PMCD**.

2.2 - O Fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA 3ª - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

3.1 - O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Secretaria do Município de Cícero Dantas, através do seu Setor de Compras, competindo-lhe:

3.2 - Notificar a empresa registrada para o fornecimento dos produtos, após a emissão da Ordem de Fornecimento, informado as quantidades a serem entregues;

3.3 - Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

CLÁUSULA 4ª - DO CADASTRO DE RESERVA:

4.1 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação.

4.2 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.3 - O registro a que se refere o item 4.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.4 - Para fins da ordem de classificação, serão consideradas as propostas finais apresentadas pelos fornecedores, mesmo que aceitem, ao final da licitação, a redução do preço ofertado pelo vencedor.

4.5 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.5.1 - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital;

4.5.2 - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na Cláusula 15ª; e

4.5.3 - Quando o licitante vencedor não puder atender à demanda apresentada pela Administração.

CLÁUSULA 5ª - DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS:

5.1 - Os preços considerados para o fornecimento dos produtos será o preço estabelecido na proposta final apresentada pelo FORNECEDOR, parte integrante deste instrumento.



5.1.1. Os valores totais registrados em Ata são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos às VENCEDORAS dependerão dos quantitativos dos produtos efetivamente entregues.

5.1.2. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao prestador de serviço registrado em igualdade de condições.

CLÁUSULA 6ª - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados as condições dispostas na Lei federal n.º 14.133/2021, em especial:

6.1.1 - A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor;

6.1.2 - Deverá ser apresentada, obrigatoriamente, a justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público.

6.1.3 - A demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2 - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

6.3 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

6.4 - O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

6.5 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 6.1.

6.6 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

6.7 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

6.8 - A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 6.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e



comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 7ª - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos e observadas as exigências contidas no art. 84 da Lei federal n.º 14.133/2021.

7.2 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços observará o disposto no parágrafo único do art. 84 da Lei federal n.º 14.133/2021, podendo ser alterados, observados os preceitos estabelecidos no art. 124 da mesma Lei.

CLÁUSULA 8ª - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

8.1 - O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado conforme o disposto na Lei federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA 9ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR:

9.1 - Manter, durante toda a vigência desta Ata, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

9.2 - Fornecer os bens ou produtos no local de entrega previsto no Edital, acompanhados dos correspondentes termo(s) de garantia.

9.3 - Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos.

9.4 - Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do edital.

9.5 - Como condição para Assinatura de Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e Trabalhista;

CLÁUSULA 10ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO DE CÍCERO DANTAS:

10.1 - Efetuar o pagamento ao fornecedor de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital.

10.2 - Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados.

10.3 - Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.4 - Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.

CLÁUSULA 11ª - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

11.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de atos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que



inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.1.3 - Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e os índices estabelecidos no Edital para cada um dos produtos.

11.3 - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA 12ª - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

12.1 - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

CLÁUSULA 13ª – DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

13.1 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

13.1.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.1.2 - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

13.1.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

13.1.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

13.2.1 - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.



13.2.2 - Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que o inviabilize preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei federal n.º 14.133/2021, e na legislação aplicável.

13.2.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

13.2.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

13.3 - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 13.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

13.4 - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA 14ª – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

14.1 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

14.2 - O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.3 - O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

14.4 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.5 - Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

14.6 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

CLÁUSULA 15ª – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:

15.1 - O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:



15.1.1 - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

15.1.2 - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

15.1.3 - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista neste instrumento ou no Edital; ou

15.1.4 - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

15.3 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 15.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

15.4 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

15.5 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

15.5.1 - Por razão de interesse público;

15.5.2 - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
ou

15.5.3 - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do quanto disposto neste instrumento.

CLÁUSULA 16ª – DO FORO

16.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cícero Dantas – Bahia, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento.

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

VINICIUS JOSÉ ARAÚJO BORGES DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXX